

GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS: DINÂMICA ENTRE RÚSSIA E EUROPA

Victor Gabriel de Souza D'Antonio¹

RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de explorar a complexa dinâmica que envolve a geopolítica dos recursos energéticos. A partir da análise sobre situação envolvendo a Rússia com o continente europeu, tendo as relações da Rússia com a União Europeia em geral, e com a Alemanha em particular, pretende contribuir para o debate, ao utilizar da perspectiva construtivista, demonstrando a relevância de fatores ideacionais como complemento ao fatores materiais, entendendo a limitação da utilização do poder compulsório de um ator “A” frente a um ator “B” em análises frente ao instrumento que é disposto nas relações nas quais recursos energéticos na arena internacional.

Palavras-chave: Rússia; União Europeia; Alemanha; Energia; Construtivismo; Geopolítica.

ABSTRACT

The present work aims to explore the complex dynamics that involve the geopolitics of energy resources. Through an analysis of the situation involving Russia and the European continent, particularly focusing on Russia's relations with the European Union in general and with Germany in particular, it seeks to contribute to the debate by employing a constructivist perspective. This approach demonstrates the relevance of ideational factors as a complement to material factors, understanding the limitations of utilizing the coercive power of actor 'A' against actor 'B' in analyses concerning the instruments employed in the relations involving energy resources in the international arena.

Keywords: Russia; European Union; Germany; Energy; Constructivism; Geopolitics.

INTRODUÇÃO

O presente texto é uma adaptação da monografia de graduação intitulada “Geopolítica dos recursos energéticos: dinâmica entre Rússia e Europa”, realizada por Victor Gabriel de Souza D’Antonio em 2023, sob a orientação de Jean Santos Lima².

Embora as análises tradicionais se concentrem nas dinâmicas de poder entre os Estados, a fim de abordar aspectos da geopolítica dos recursos energéticos, o presente texto propõe ir além, adotando uma perspectiva construtivista que reconhece a importância dos fatores ideacionais, como ideias, normas e percepções.

Mantendo, portanto, o objetivo de explorar a complexa dinâmica que envolve a geopolítica dos recursos energéticos, evita a perpetuação de análises baseadas no mero entendimento da utilização do poder compulsório de um ator “A” frente a um ator “B”, destacando o complexo intrincamento entre os diversos atores envolvidos no universo dos recursos energéticos, com foco na Rússia e suas relações com a União Europeia (UE), particularmente com a Alemanha.

RECURSOS ENERGÉTICOS: TRANSFORMAÇÕES E DISPUTAS

Em meados do século XXI, a geopolítica dos recursos energéticos permeia todos os aspectos da vida, desde o impacto nas contas domésticas em residências no leste europeu até decisões da indústria petrolífera saudita. Com a crescente interconectividade global, a geopolítica dos recursos energéticos tornou-se uma força fulcral nas Relações Internacionais, influenciando agendas políticas, econômicas e ambientais.

CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ENERGIA E TRANSFORMAÇÕES NA SOCIEDADE MODERNA

O conceito de energia varia sendo definido como a capacidade de realizar trabalho e geração de trabalho e calor (Boustead; Hancock, 1979; Aubrech, 2004). Per Högselius (2019) argumenta que fontes de energia só atingem esse status por meio de atividades sociais, políticas e econômicas. Na história, o uso de energia evoluiu, passando do trabalho corporal na era primitiva para necessidades modernas, como ,

aquecimento e transporte.

O petróleo, embora conhecido há milênios, tornou-se estratégico com as descobertas nos Estados Unidos da América (EUA) no século XIX, como os poços da Pensilvânia e Spindletop. O gás natural, por sua vez, expandiu-se para diversos usos após o desenvolvimento de gasodutos no século XX. A primeira lei da termodinâmica afirma que a energia não é criada nem destruída, apenas transformada. Assim, as fontes de energia foram “transformadas” socialmente ao longo do tempo.

A exploração de gás e petróleo de xisto nos EUA exemplifica como fatores sociais e tecnológicos podem transformar o setor energético. Com a adoção de novas tecnologias, como o fraturamento hidráulico (ou water fracking), os EUA emergiram como um dos maiores exportadores de gás natural, revertendo sua escassez para a superabundância.

A percepção sobre os recursos energéticos é diversa: enquanto alguns rechaçam a utilização de combustíveis fósseis, outros os veem como promotores de prosperidade socioeconômica. Deste modo, o construtivismo possibilita a compreensão mais extensiva das dinâmicas que moldam a geopolítica dos recursos energéticos ao elucidarem o papel das ideias na evolução constante das conjunturas dos atores partícipes do universos dos recursos energéticos na arena internacional.

DESAFIOS E TRANSFORMAÇÕES NA ATUAL GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

O avanço das ciências climáticas e a mobilização social têm pressionado os tomadores de decisão por políticas climáticas mais vigorosas. O Acordo de Paris exige reduções drásticas nas emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) até 2030 e a neutralidade de carbono até 2050. A descarbonização tornou-se central nas agendas políticas, e o declínio do petróleo e gás transformará a geopolítica de maneira semelhante ao seu surgimento no século XX.

De acordo com a Agência Internacional de Energia, mesmo com a meta de emissões líquidas zero até 2050, o gás natural e o petróleo ainda terão papéis importantes a curto e médio prazo. A transição energética aumentará a influência de

alguns exportadores, já que muitos produtores tradicionais, como Noruega e Reino Unido, estão limitando suas produções em resposta à pressão pública e de investidores.

O gás natural, menos poluente que o carvão e o petróleo, continuará sendo essencial na transição energética, complementando as fontes renováveis. As transformações no uso de recursos energéticos impactarão profundamente o sistema internacional, gerando novas formas de poder e influenciando a globalização e o desenvolvimento econômico.

A RÚSSIA E A GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

Apesar de não possuir mais um status incontestável, a Rússia continua a ser considerada uma superpotência energética, conforme destacado por Yergin (2021), que a classifica entre os principais produtores de petróleo e gás natural do mundo. As receitas das exportações de petróleo e gás são essenciais para a estabilidade econômica e o poder estatal, contribuindo significativamente com orçamento governamental, além de possuírem grande relevância no que tange aos ganhos com exportações.

Para o ano de 2024, o governo russo projeta um aumento significativo nas receitas de petróleo e gás em relação ao último ano, ainda que essa meta tenha sido revisada e ajustada para baixo. O aumento nos gastos com defesa e segurança, devido ao conflito com a Ucrânia, tem levado a déficits anuais consecutivos, destacando a importância crucial das receitas advindas do setor energético para a economia russa, além de evidenciarem o seu papel fundamental na economia global.

Invariavelmente, é necessário reconhecer que a forma tradicional de análise sobre o poderio energético russo deriva das crises do petróleo de 1973 e 1973-1974, período em que muitos acadêmicos começaram a considerar seriamente o impacto dos recursos energéticos na arena internacional. Essa tradição foi moldada por conceitos clássicos da geopolítica, especialmente a tradição realista das Relações Internacionais, que enfatiza uma visão estadocêntrica e de competição de soma-zero. A abundância russa em petróleo, gás, carvão e suas exportações para a União Europeia e os países da antiga União Soviética tornaram possível à Rússia utilizar esses recursos como meio de poder e influência, principalmente como forma de projetar poder além dos meios militares.

Contudo, a situação é mais complexa do que uma análise binária pode sugerir. Bal-

maceda (2020) aponta que compreender a dinâmica do poder energético russo de forma simplista não explica como, mesmo em conflito aberto com a Rússia, a Ucrânia tentou evitar a construção do *Nord Stream 2*, enquanto buscava fortalecer seus laços econômicos com Moscou. A Ucrânia dependia do gás russo como principal fonte de energia, fundamental para sua economia, e as tarifas sobre o trânsito do gás russo pela Ucrânia eram uma fonte relevante de receita para o governo ucraniano (Yergin, 2021).

Além disso, empresas europeias participaram intensamente na construção de infraestrutura energética russa, mesmo durante períodos de tensão mais aguda. Para os europeus ocidentais, particularmente alemães, a integração com a Rússia fazia parte de uma interdependência mais ampla que incluía mercados, comércio e investimentos, algo inevitável devido à questões geográficas. Embora contassem com os russos para o fornecimento de gás natural, os europeus ofereciam acesso aos mercados e receitas para a Rússia (Yergin, 2021)

No que diz respeito aos países da antiga União Soviética, que hoje são membros da União Europeia, as relações energéticas com a Rússia envolvem dependência, oportunidades e ameaças. A interdependência energética e a diversificação da infraestrutura energética são fatores que influenciam diretamente as relações sociais e políticas desses países. A construção do terminal Klaipėda GNL na Lituânia, por exemplo, permitiu que este país reduzisse sua dependência do petróleo russo, gerando uma nova dinâmica nas suas relações com a Rússia. Já na Alemanha, a *energiewende*, ou “virada energética”, busca transitar para uma matriz mais limpa, o que aumentou a demanda por gás natural e impulsionou o desenvolvimento dos dutos *Nord Stream* e *Nord Stream 2*.

Fatores energéticos também desempenharam um papel central em turbulências políticas internas em países da antiga União Soviética. Moscou viu as “revoluções coloridas” na Geórgia e Ucrânia como ameaças existenciais, acusando o Ocidente de apoiar tais movimentos para minar sua influência. A desintegração da União Soviética também afetou a indústria energética russa, com países como Azerbaijão e Cazaquistão assumindo o controle de seus próprios recursos energéticos. Durante a década de 1990, sob o governo de Boris Yeltsin, oligarcas emergiram com grande poder sobre a economia russa, especialmente no setor energético.

Com a ascensão de Vladimir Putin à presidência russa, em 2000, o controle estatal sobre o setor energético se intensificou. Putin viu nos recursos energéticos uma

ferramenta de poder e influência internacional. Sob seu governo, oligarcas foram enfraquecidos, e o controle do Estado sobre o setor energético aumentou, exemplificado pela nacionalização da Yukos e sua fusão com a *Rosneft*, levando à expansão do capitalismo estatal. Empresas como Gazprom e Rosneft tornaram-se pilares do poder econômico e político russo.

A corrupção, que se tornou uma característica do sistema político e econômico russo, foi integrada ao funcionamento do Estado. No entanto, a Rússia manteve uma política econômica pragmática, reservando receitas do petróleo e gás para fundos de estabilização e assistência social. Essas medidas ajudaram a Rússia a consolidar sua posição como potência energética global.

Isto posto, a geopolítica dos recursos energéticos e o papel desempenhado pela Rússia demonstram a necessidade de uma análise multidimensional, que aborde de maneira plural tanto os atores, como normas e as múltiplas percepções que instituem esse cenário. A estrutura interna dos Estados e as identidades dos tomadores de decisão são essenciais para a compreensão mais clara das dinâmicas da geopolítica energética, assim como a interação entre esses Estados e a sociedade internacional (Finnemore, 1998; Katzenstein, 1996; Hopf, 1999).

CONTEXTUALIZAÇÃO DA GEOPOLÍTICA DOS RECURSOS ENERGÉTICOS

A geopolítica dos recursos energéticos envolve a interação entre política, economia e segurança. A demanda global por energia leva a uma competição intensa por recursos escassos. A diversidade de atores e a distribuição desigual de papéis nas cadeias de valor tornam necessário adotar uma visão holística, indo além do poder compulsório direto (Duvall; Barnett, 2005). Os sistemas energéticos são influenciados por uma rede de interações sociais e técnicas, onde a racionalidade das decisões não pode se dada como certa, dado o caráter imprevisível das cadeias de valor e a multiplicidade de processos que integram a produção de energia (Balmaceda, 2020).

Isto porque no que tange aos recursos energéticos, às cadeias de valor não se limitam a produção e transporte, mas perpassa múltiplas etapas técnicas nas quais a sua ausência faria da energia inútil para os consumidores finais. Desta forma, as cadeias de valor englobam fornecedores, fabricantes, distribuidores e os meios de

transporte que movem produtos e serviços desde a origem dos componentes e matérias-primas até os consumidores finais. (Högselius, 2019; Balmaceda, 2020).

Com o intuito de facilitar o entendimento sobre a coordenação do fluxo que compõe a cadeia de valor dos recursos energéticos, a comparação desta com o movimento de um grande rio é vista como frutífera. Através desta analogia, a fase mais próxima à fonte original do suprimento é considerada “Montante” (*upstream*), enquanto aquelas mais próximas do consumidor final são chamadas de “Jusante” (*downstream*). Ademais, existe uma etapa interposta onde se engloba as atividades intermediárias na cadeia de valor.

MONTANTE (*UPSTREAM*)

Esta etapa corresponde a prospecção e produção de combustíveis fósseis como petróleo, gás e carvão, que são recursos finitos. A busca por novas reservas e a inovação tecnológica, como a perfuração horizontal e o fraturamento hidráulico (*water fracking*), são essenciais para manter o suprimento energético global. Regiões com abundância de conflito de interesses, como o Ártico e o Mar do Sul da China, são alvo de disputas devido ao seu potencial energético. Descobertas históricas, como o campo de gás de Groningen e o petróleo na Sibéria ocidental, ilustram a importância estratégica dessa etapa (Högselius, 2019). A exploração contínua de novas fontes, assim como a expansão dos investimentos em infraestrutura impactam de forma significativa todo o contexto energético global.

INTERPOSIÇÃO (*MIDSTREAM*)

A fase intermediária desempenha papel crucial nas cadeias de valor dos setores energéticos. Robustez e eficiência são duas palavras que qualquer gestor gostaria de associar a essa etapa, pois uma grande diversidade de instalações de armazenamento e notáveis meios de distribuição são alicerces fundamentais para a garantia de segurança tanto para o fornecedor quanto para o consumidor. Esta etapa envolve uma infraestrutura de transporte que facilita a distribuição de energia, utilizando rodovias, ferrovias, hidrovias, oleodutos e gasodutos.

Assim como o transporte, as atividades de conversão e refino detêm papéis chave dentro das cadeias de valor, ao passo que são fundamentais para a reconstituição de fontes de energia como produto final: eletricidade, aquecimento, combustíveis de transporte, por exemplo

O processo de refino é especialmente importante para transformar matérias-primas, como o petróleo, em produtos utilizáveis, como eletricidade e combustíveis. O refino nuclear também tem papel crucial, especialmente no processo de conversão e enriquecimento de urânio, o que está intimamente ligado às questões de segurança e poder nas relações internacionais.

Da mesma forma, ao utilizar uma abordagem ampla, que contemple também os "bens secundários" gerados a partir dos processos de conversão e refino, como renda, empregos e prestação de diversos serviços associados aos sistemas de energia, possibilita interpretações alternativas para a compreensão do uso da energia como "poder bruto" (Balmaceda, 2020). A energia pode possuir múltiplos fins. A realidade doméstica, como a influência de interesses privados, corrupção e o papel adotado por agências reguladoras, possuem impacto significativo sobre a restrição ou ampliação das possibilidades na condução da política externa de um Estado frente à geopolítica dos recursos energético

O armazenamento de energia é outro desafio relevante, sendo vital para mitigar as flutuações entre produção e demanda. O armazenamento de energia refere-se ao processo de captura da energia gerada num determinado momento para utilização posterior, com o objetivo de mitigar as disparidades entre a procura e a produção de energia. Este processo implica a transformação da energia de formas difíceis de armazenar em formatos mais práticos e econômicos (Irena, 2022). Armazenar energia de forma eficaz garante maior segurança energética e pode reduzir os custos de eletricidade, especialmente em países em desenvolvimento. Ademais, com a transição para fontes renováveis, como a solar e a eólica, torna-se essencial desenvolver tecnologias de armazenamento que possam lidar com a intermitência dessas fontes.

JUSANTE (*DOWNSTREAM*)

No jusante, ocorre a distribuição e comercialização de produtos energéticos refi-

nados, como gás e petróleo. Uma das principais funções dessa etapa é de construir e manter instalações de armazenamento e distribuição. Estas instalações funcionam como reservas estratégicas, garantindo a segurança energética em períodos de interrupções no fornecimento, desastres naturais ou conflitos geopolíticos. O gerenciamento eficiente dessa etapa funciona como uma força estabilizadora para mercados energéticos, mitigando o impacto de acontecimentos imprevistos no fornecimento de energia. De fato, a falta de manutenção é uma causa comum de interrupções no fornecimento de energia nos sistemas energéticos internacionais (Högselius, 2019).

GEOGRAFIA POLÍTICA X GEOGRAFIA FÍSICA

A interação entre geografia física e política desempenha um papel central na formulação de políticas de segurança energética. A geografia física exerce um impacto profundo na geopolítica energética através de várias maneiras. A distribuição de recursos energéticos é realizada de forma desigual entre os diversos países, fazendo com que países com abundância de recursos exerçam maior influência internacional. Neste mesmo sentido, as condições climáticas determinam a possibilidade e a eficiência da produção de energia renovável, tornando os países com climas favoráveis à energia solar, eólica e hidroelétrica potenciais atores chave na transição para fontes de energia sustentável.

Ao mesmo tempo, a geografia política, como fronteiras e territórios disputados, afeta o controle e o acesso a esses recursos, sendo frequentemente foco de tensões geopolíticas. Além disso, os quadros regulamentares estabelecidos pelos governos têm um impacto significativo nas políticas energéticas, influenciando questões como a propriedade dos recursos, os preços e o acesso ao mercado, impactando o comércio internacional de energia.

Além dos aspectos físicos e territoriais, fatores intangíveis como identidades, normas e crenças também influenciam a segurança energética. A perspectiva construtivista destaca que o comportamento dos atores no sistema internacional é moldado pelas suas identidades, normas e crenças. Assim, no que toca a importância

de fatores intangíveis, como a confiabilidade de fornecedores de energia, demonstra a necessidade da não limitação sobre as avaliações objetivas e materiais, como a disponibilidade de recursos ou infraestruturas, uma vez que existe uma profunda influência de narrativas históricas, culturais e políticas (Jackson; Sørensen, 2019). Consequentemente, a confiabilidade percebida de um fornecedor de energia torna-se frequentemente um tema de debate durante o processo de tomada de decisão relativo à segurança energética. A legitimidade é um conceito construído pela sociedade, influenciado por relatos históricos, normas e culturais que determinam motivações políticas.

No contexto das relações entre a União Europeia e a Rússia, as decisões sobre rotas de fornecimento de energia e estratégias de diversificação vão além de considerações econômicas, mas, também, influenciados pela validação ou desafio de perspectivas relativas à desconfiança do fornecimento estável e constante de energia. Elas são fortemente influenciadas pela desconfiança quanto à estabilidade do fornecimento, interrupções frequentes, falta de transparência de empresas estatais russas e disputas territoriais.

De fato, questões materiais não podem ser excluídas do debate, mas estas devem ser analisadas conjuntamente com as interações entre estruturas e atores, já que cada elemento material tem um significado intersubjetivo incumbido (Wendt, 1992). Assim como estruturas sociais, sistemas de energia não são permanentes e variam de acordo com o tempo e espaço. Esses sistemas, assim como a formação dos Estados, são construtos históricos e sociais. Eles são moldados pelas escolhas e ações de Estados, empresas privadas, organizações ambientais e internacionais, que têm o poder de influenciar e redirecionar essas estruturas (Jackson; Sørensen, 2019; Högselius, 2019).

ATORES QUE CONTROLAM OS SISTEMAS DE ENERGIA

A geopolítica dos recursos é produto do complexo incremento de diversos atores, cada um com suas respectivas particularidades, resultando no desenvolvimento de eventos pertinentes à situação energética no sistema internacional. Ao passo que Presidentes e Primeiros-Ministros equilibram a grande gama de interesses sobre a utilização de recursos energéticos, conciliando interesses, ora conflitantes, ora complementares, em relação à economia, meio ambiente e de política externa;

Ministérios da Economia e agências correlatas focam majoritariamente no constante fluxo e distribuição de energia como alicerces fundamentais para o avanço dos principais indicadores econômicos.

Duas das visões mais conflitantes dentro das estruturas organizacionais dos Estados pode ser observada entre o Ministério das Relações Exteriores e o Ministérios da Economia, dado a utilização da energia como estrutura constituinte do exercício de poder compulsório; derivando principalmente da situação constituinte da criação do entendimento de um ator com não confiável, fazendo com que em função de discussões sobre a imposição de tarifas alfandegárias sobre importações, exportações, ou mesmo embargos, sobre países considerados “não confiáveis”, mesmo que esse recorde de realidade não seja fielmente fundado na racionalização de fatos concretos

Já os interesses ambientais, como poluição urbana, emissões de carbono e perda de biodiversidade, têm ganhado destaque, algo que antes era negligenciado em comparação com as preocupações econômicas e de segurança. Hoje, há um consenso crescente entre a política externa e a economia sobre a importância de transitar dos combustíveis fósseis para energias renováveis, refletindo as mudanças na geopolítica energética. Estas interações de prioridades determinam a necessidade de uma dupla abordagem sistêmica e doméstica, para que se tenha uma compreensão mais sólida dos comportamentos dos Estados no sistema internacional (Katzenstein, 1996).

As Organizações Internacionais (OIs) também desempenham um papel crucial na geopolítica dos recursos energéticos. As OIs possuem uma autonomia que lhes permite exercer poder de forma independente. Por outro lado, elas contribuem para a construção de um mundo social onde a cooperação e a escolha desempenham papéis fundamentais. As OIs detêm um poder significativo, impulsionado tanto pela sua estrutura burocrática quanto pela busca de objetivos sociais que são atrativos para outros atores importantes (Barnett; Finnemore, 2005).

QUESTÃO RUSSA EM FOCO

O panorama energético global está em constante transformação, impulsionado pela interação entre interesses geopolíticos e avanços tecnológicos. A conexão entre geopolítica e energia tornou-se mais clara à medida que os países buscam garantir

recursos, influenciar mercados e enfrentar as mudanças climáticas. Mudanças nas estruturas da geopolítica dos recursos energéticos perpassam a história e evoluem com o tempo. Isto posto, transições energéticas anteriores foram impulsionadas, principalmente, por fatores tecnológicos, econômicos e ambientais, além de praticidade e conveniência. No atual contexto, por sua vez, incorpora mais elementos, como influência política, ativismo e intervenção governamental (Yergin, 2021).

A despeito de que estudos sobre o nexos das ações humanas e os efeitos das mudanças climáticas não são novidade, a pressão da opinião pública tem levado governos a adotarem medidas mais assertivas nas últimas duas décadas. Aumentos na frequência de eventos climáticos extremos, como incêndios e ondas de calor, têm forçado mudanças no discurso sobre energia. Após o relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) de 2014 e a Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2015 (COP 21) em Paris, a transição energética passou a ser central nos debates internacionais. Esse processo foi agravado de forma severa pela pandemia do Covid-19, que impactou o setor energético, causando interrupções e redirecionamento de recursos.

A preocupação com o futuro dos combustíveis fósseis também impactou o mercado financeiro e os investimentos energéticos, uma vez que se previa a realocação de recursos da indústria petrolífera, com o possível pico de demanda no horizonte. No entanto, a demanda por petróleo e gás natural possivelmente reduzirá repentinamente, uma vez que o crescimento das economias emergentes nos continentes africano e asiático manterá a demanda relativamente estável nos próximos anos. Ainda assim, a demanda por combustíveis fósseis eventualmente diminuirá de forma significativa no futuro. Contudo, a falta de comprometimento de países desenvolvidos em financiar a infraestrutura de energia verde nos países em desenvolvimento pode tardar a descarbonização em muitas regiões.

Apesar da crescente participação de fontes renováveis, como a energia eólica e a solar, a imprevisibilidade gerada pela intermitência e pelos, ainda, diversos problemas relacionados à distribuição e armazenamento, fará da utilização de tradicionais fontes de energia, como o gás natural, necessários para a constituição do mix energético em diversas localidades. O gás natural é visto como um complemento eficaz às energias renováveis, pois é mais flexível, emite menos carbono e suas emissões são menores; além de poder ser utilizado de forma ajustável para equilibrar as flutuações das energias eólica e solar (AIE, 2023).

A Rússia se mantém como um dos maiores produtores de petróleo e gás natural do mundo. O petróleo e gás representam metade das receitas de exportação do país, consolidando a Rússia como uma superpotência energética, apesar de sanções, limites de preços e o crescimento das energias renováveis. Após a invasão da Ucrânia, a UE acelerou seu distanciamento da economia russa, se desacoplando de forma paulatina do mercado energético russo e investindo em energias renováveis e nucleares.

Além disso, o comprometimento da União Europeia com a neutralidade de carbono ganhou força ao longo da última década, impulsionado por discussões em fóruns internacionais. Um exemplo dessa internalização de normas é a Taxonomia, um relatório que orienta regulamentações e programas governamentais para "investimentos verdes", com o objetivo de direcionar fundos para atividades sustentáveis e posicionar a UE como líder global na definição de normas para finanças sustentáveis (UE, 2021).

Apesar das tentativas de isolamento e do desacoplamento dos mercados de energia globais, a Rússia mantém uma posição extremamente relevante no atual contexto da geopolítica dos recursos energéticos. Sua influência se estende por diversas etapas das cadeias de valor. Além disso, sua capacidade de atender à demanda crescente por energia, especialmente em um cenário de transição energética, reforça seu papel como um ator chave nas dinâmicas globais. Assim, mesmo diante de desafios econômicos e sanções, a Rússia continua a moldar o futuro das políticas energéticas, desafiando a narrativa de seu isolamento e demonstrando a complexidade das interações no setor energético global.

IDENTIDADE NACIONAL E A CONSTRUÇÃO DO “OUTRO”

Desde o fim da Guerra Fria, as relações entre a Rússia e a União Europeia têm sido marcadas por uma dinâmica de cooperação e conflito (Averre 2009; Haukkala 2015; Nitoiu 2017; Webber 2000). A “construção do Outro”, tal como cunhada pelos construtivistas, desempenha um papel fundamental na moldagem da identidade nacional, definindo quem é incluído e quem é excluído. Convém destacar que essa conjectura não é exclusiva aos construtivistas; esse ponto é semelhante ao que Huntington propõe ao sintetizar essa ideia no início do *Choque das Civilizações*, citando o romance *Dead Lagoon*: “Não se pode ter amigos verdadeiros sem inimigos reais. E a menos que odiamos o que não somos, não podemos amar o que somos.” Isso sugere

que a definição e consolidação de uma identidade nacional muitas vezes ocorre em contraposição a outras identidades ou grupos, e que a reflexão sobre as diferenças é uma parte inexorável desse processo (Hopf, 2002; Wendt, 1999; Huntington, 1996).

Isto posto, de acordo com a lente teórica construtivista, ao analisar a “construção do Outro”, a proeminência e significância atribuída à Rússia impactam de forma importante o discurso político sobre este país. A questão energética está presente nessa conjuntura, ainda mais pela razão da Rússia ser um dos maiores fornecedores de energia para a UE.

Embora, ao longo das últimas décadas, as relações da Rússia com a UE tenham sido intermitentes, focaram principalmente em aspectos econômicos e energéticos, onde os ganhos mútuos eram mais evidentes. Enquanto a UE enfatiza solidariedade e valores éticos, defendendo um modelo de integração universalista, a Rússia propõe uma ordem mundial pluralista, com ênfase no direito internacional e na soberania como pilares da estabilidade frente aos desafios às normas internacionais.

A crise ucraniana de 2014 intensificou o distanciamento entre a Rússia e a UE, desafiando os interesses russos e expondo a ameaça da expansão de valores liberais na política local. As sanções da UE e as respostas russas resultaram em uma dinâmica mais conflituosa, especialmente após a agressão à Ucrânia em 2022, em um cenário internacional repleto de crises. Assim, fatores ideacionais e materiais contribuíram para o aumento das tensões no comércio de recursos energéticos (Lukyanov, 2010; Kanet, 2012; Krastev, 2008).

RÚSSIA - ALEMANHA

A dinâmica entre a Rússia e a Alemanha passou por transformações significativas desde o fim da Guerra Fria, com a geopolítica energética se tornando uma dimensão crue a reconciliação, abandonando o isolamento da parte oriental, e manteve grande influência nos círculos políticos após a reunificação. Essa abordagem manteve grande influência nos círculos políticos pós reunificação e contribuiu para a constituição da Identidade da política externa alemã (Stefan; Wilfried, 2023; Siddi, 2019). Com a dissolução da União Soviética nos anos 1990, a Alemanha buscou uma reaproximação com a Rússia, levando a uma maior colaboração econômica e à interdependência energética. Durante meados de 1990 e início dos anos 2000, as relações entre Alemanha e Rússia se mantiveram baseadas em Ostpolitik, resultando em uma

“parceria estratégica” que incentivou a comercialização e distribuição de energia. Com a ascensão de Angela Merkel (2005-2021), houve um princípio de distanciamento entre ambos países. Isso se deveu a nova abordagem alemã frente a políticas voltadas à promoção e proteção de direitos humanos e democracia. De forma concomitante a ascensão de Vladimir Putin ao pináculo das decisões políticas russas, mudanças sobre a percepção da Rússia não se limitaram à alta cúpula política alemã, mas se espalharam para outros setores da sociedade, com uma crescente divisão entre aqueles que viam a Rússia como uma ameaça autoritária e aqueles que priorizam a estabilidade econômica e política. Contudo, apesar dessas mudanças, a era Merkel continuou, em grande parte, a tradição de cooperação econômica pré estabelecida (Adomeit, 2012).

NORD STREAM E NORD STREAM 2

Durante tempos marcados por otimismo e uma maior colaboração econômica e um aprofundamento de uma interdependência energética, foi idealizado o projeto do gasoduto *Nord Stream*, culminando em uma declaração de intenções em setembro de 2005 entre Alemanha e Rússia. Ao passo que a Alemanha buscava um fluxo de gás natural constante e abundante, a Rússia buscava alternativas que contornasse países de trânsito, como a Ucrânia, já que as tarifas ucranianas eram motivo de discórdia. Além do *Nord Stream*, a Rússia já havia construído gasodutos, como o Yamal-Europa e *Blue Stream* para contornar a Ucrânia (Yergin, 2021).

Em 2015, quatro anos após o início da operação do *Nord Stream*, começou a ser planejado o Nord Stream 2, um novo gasoduto sob o Mar Báltico. O projeto enfrentou críticas, especialmente, de países do leste europeu como a Polônia e Eslováquia, preocupados com o impacto na Ucrânia e no desvio de fluxos de gás de suas regiões. A Comissão Europeia também manifestou preocupações, alegando que o projeto contraria a iniciativa “união da energia” e a diversificação de importações. A Alemanha rebateu tais críticas ao verbalizar que se tratava unicamente de um projeto comercial e de responsabilidade das empresas envolvidas. Além disso, também era usado como defesa o aumento do fluxo de gás a possibilidade de diminuir o consumo de carvão e petróleo e manter o gás como reserva para a produção de energias renováveis intermitentes enquanto a Europa prosseguia com a transição para uma economia de baixo carbono (Siddi, 2019; Yergin, 2021).

A construção do Nord Stream 2 ocorreu de forma concomitante à crise ucraniana, à anexação da Crimeia, à intervenção russa no conflito sírio e a acusações de interferência nas eleições americanas. Apesar dessas tensões, autoridades alemãs enfatizavam a importância de a UE e a Rússia colaborarem na resolução de conflitos regionais. Essa iniciativa, originada na Ostpolitik, foi crucial para manter os canais de comunicação entre a Rússia e o Ocidente, com laços econômicos e cooperação energética coexistindo com preocupações políticas e de segurança. Autoridades como Steinmeier, Sigmar Gabriel e Angela Merkel destacaram a confiabilidade do fornecimento energético russo, argumentando que a natureza econômica do projeto não deveria ser comprometida por questões políticas (Siddi, 2019; Nitoiu, 2017).

No final de 2021, Olaf Scholz assumiu como Chanceler da Alemanha, introduzindo uma nova abordagem em relação à Rússia em meio à invasão da Ucrânia (ocorrida alguns meses depois) e à resposta unificada da UE. A sociedade alemã permanece dividida em suas percepções sobre a Rússia. Enquanto figuras como o ex-chanceler Gerhard Schröder defendem o diálogo, Scholz e outros membros da alta cúpula política alemã criticam seus vínculos com o setor energético russo e buscam uma ação governamental coordenada com Washington e Bruxelas.

Há um crescente apelo por uma reavaliação crítica das relações com a Rússia, especialmente após a sabotagem dos gasodutos *Nord Stream 1* e *2*, questionando a noção de que a interdependência traria mudanças positivas. Assim, a política externa alemã está passando por uma evolução, refletindo a necessidade de uma nova abordagem em relação aos eventos no leste europeu, desafiando o legado da *Ostpolitik* e o dilema do *Nord Stream* diante das ações da Rússia na Ucrânia (Siddi, 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações frente a recursos energéticos entre a Rússia e a Europa têm sido fulcrais na geopolítica dos recursos energéticos e os recentes eventos têm contribuído para o desenvolvimento de ainda mais complexidade para essa questão. Também é notório que a sabotagem do gasoduto Nord Stream, em 2022, marcou um ponto de inflexão, agravando a dinâmica conflituosa que marca as relações entre a Rússia e a Europa.

A relação energética entre Europa e Rússia foi impactada pelas sanções da UE em

resposta à agressão russa na Ucrânia. Apesar da pressão, as sanções foram planejadas para evitar a interrupção direta das exportações de gás russo. A Rússia tem mostrado resiliência, contornando os efeitos mais severos das sanções, beneficiada pelos preços favoráveis de petróleo e gás no mercado internacional. Neste sentido, ao passo que a UE e a Alemanha, em particular, têm buscado esforços para a diversificação de fornecedores de energia, a Rússia tem se expandido paulatinamente a suas fronteiras orientais em busca de novas oportunidades.

Situação esta que influenciará não somente questões primariamente econômicas, mas impactará de forma vital toda a percepção e realização do jogo de poder na escala mais ampla na arena internacional.

NOTAS

¹ Formado em Relações Internacionais pela Universidade Católica de Brasília, em 2023.
E-mail: victor.cna21@gmail.com.

² Para acessar o texto original desta análise, disponível na monografia intitulada "Geopolítica dos recursos energéticos: dinâmica entre Rússia e Europa", acesse o seguinte link: <https://repositorio.ucb.br:9443/jspui/handle/123456789/14386>.

REFERÊNCIAS

KANET, R. Russia in the new international order: Theories, arguments and debates.

European International Politics V. 49 n. 1. 393–399. 2012. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1057/ip.2012.6#citeas>. Acesso em: 20 out. 2024.

KATZENSTEIN, Peter J. **Cultural Norms and National Security: Police and Military in Postwar Japan**. 1.ed. Cornell University Press, 1996.

KRASTEV, I. The EU, Russia and the crisis of the post-Cold War European order.

EUROZINE, 2008. Disponível em:

<https://www.eurozine.com/the-crisisof-thepost-cold-war-european-order>. Acesso em: 20 out. 2024

LUKYANOV, Fyodor A. Gorbachev's Abandoned 'European Home. **Russia in Global Affairs**, 2010. Disponível em:

<https://eng.globalaffairs.ru/articles/gorbachevs-abandoned-european-home>. Acesso em: 20 out. 2024.

NITOIU, Cristian. Still Entrenched in the Conflict/Cooperation Dichotomy? EU-Russia Relations and the Ukraine Crisis?. **European Politics and Society**, V. 18 n. 2. 148-165.2017.

DOI:<https://doi.org/10.1080/23745118.2016.1197875>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/23745118.2016.1197875>. Acesso em: 20 out. 2024.

SIDI, Marco. Theorising conflict and cooperation in EU-Russia energy relations: ideas, identities and material factors in the Nord Stream 2. **East European Politics**, V. 36. n. 4. 544-563.2020. DOI:<https://doi.org/10.1080/21599165.2019.1700955>. Disponível em:

<https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/21599165.2019.1700955>. Acesso em: 20 out. 2024.

TRENIN, Dmitri. **Russia**. 1.ed. Cambridge: Polity Press; Medford: Polity Press, 2019.

WENDT, Alexander. Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics. *International Organization* , V. 46, n. 02, p. 391–425. 1992.

YERGIN, Daniel. **O Novo Mapa: Energia, Clima e o Conflito entre Nações**. 1.ed. Porto Alegre: Bookman, 2023.

YERGIN, Daniel. **O petróleo: Uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. 10.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2012.